

CLIPPING ANAPAR - 26 DE SETEMBRO DE 2016

Avançar na governança é questão chave para o futuro

Para o secretário adjunto de Políticas de Previdência Complementar, José Edson da Cunha Júnior, há uma base muito sólida para o futuro do sistema: "A evolução da governança das EFPCs tem sido consistente ao longo dos últimos anos, num processo que transcende governos".

Em meio ao ambiente de baixa credibilidade vivido pelas corporações empresariais, é fundamental também para o sistema de fundos de pensão avaliar corretamente seus desafios e criar um novo modelo de governança e de gestão. A análise é do pesquisador Alexandre di Miceli, da Direzione Consultoria, para quem "este momento é a chave para se fazer uma reflexão sobre o sistema de entidades fechadas". Mas ele também lembra que os problemas de reputação atingem um pouco a todos e impactam toda a sociedade.

"O momento é difícil", concorda o secretário adjunto de Políticas de Previdência Complementar, José Edson da Cunha Júnior, que vê entretanto uma base muito sólida para o futuro do sistema: "A evolução da governança das EFPCs tem sido consistente ao longo dos últimos anos, num processo que transcende governos", diz José Edson. Nesse modelo democrático de conselhos paritários, há toda uma estrutura que se vale da equidade, responsabilidade corporativa, transparência, dever fiduciário e prestação de contas.

Os paradigmas de governança da década de 1970, ainda utilizados pelas EFPCs, são úteis mas talvez não sejam mais suficientes para os novos desafios que se apresentam, pondera o coordenador da Comissão Mista de Autorregulação da Abrapp, José Luiz Rauen. Nesse sentido, ele acredita que transparência e gestão compartilhada serão dois importantes pilares do sistema. "Esse compartilhamento é essencial", sublinha Rauen. Com a divisão do poder, há mais controles formais e as informações são transmitidas a quem precisa e tem direito a elas.

Problema sistêmico

A resposta ao atual desafio corporativo, acredita di Miceli, exige mais do que aprimoramentos pontuais e passará necessariamente por uma mudança de paradigma. Tanto para as corporações empresariais quanto para as EFPCs. "Todos podemos estar expostos a pressões de cima que levam a isso e colocar nossos valores contra ordens superiores nem sempre é fácil". Um contexto organizacional perverso, que impõe metas irrealistas baseado apenas no dinheiro e não na ética está na raiz de muitos problemas. "A questão é ampla e sistêmica e a boa

governança não se baixa por decreto; mudar controles, normas e compliance sem mudar a mentalidade será como enxugar gelo", avisa di Miceli. O novo paradigma a ser seguido pelas empresas e pelos fundos de pensão deverá ser baseado na cultura ética e em lideranças conscientes, sintonizadas com a governança do século XXI. "Precisamos obter um desempenho responsável com ênfase na cultura de cooperação, solidariedade e transparência, para reforçar um círculo virtuoso de poupança, confiança e investimentos", diz o pesquisador.

Segregação e fundamentação técnica

Ao lado dos avanços já obtidos na governança das entidades, o aparato de governo também evoluiu e segrega de fato as funções entre os diversos órgãos supervisores, reguladores e fiscalizadores do sistema, o que é um ponto vital, observa José Edson. Ele enxerga, porém, oportunidades de melhoria nas questões que dizem respeito ao perfil dos conselheiros e à resolução de conflitos de interesses, aspecto em que a governança será cada vez mais essencial para alinhar interesses dos diversos atores.

A segregação de funções nas entidades e a fundamentação técnica em cada decisão a ser tomada serão outros requisitos indispensáveis nesse caminho. "A fundamentação técnica deve estar presente em todos os processos da entidade, a começar pela formação dos seus conselhos", diz o secretário adjunto. Para ele, o caminho exigirá também avanços em aspectos como a gestão integrada de riscos, o uso adequado de recursos tecnológicos e processos de comunicação e educação.

A evolução para novos paradigmas de governança passa necessariamente pela autorregulação, com adesão facultativa e códigos amplamente discutidos, analisa Rauen. "O lançamento do código de governança dos investimentos dos fundos de pensão é apenas o começo do trabalho no sentido da autorregulação". Seus princípios, explica o coordenador da Comissão, incluem padrões éticos elevados; garantia de informação clara, confiável e oportuna; transparência nos processos de governança de investimentos; gestão eficaz de recursos; e fortalecimento da relação fiduciária com todos os stakeholders.

(Martha E. Corazza - Diário dos Fundos de Pensão-23.09)

Previ decide sair da CPFL e vende ações à State Grid

Como esperado, a venda do controle societário da maior distribuidora privada de energia do país, a CPFL, para o grupo chinês State Grid, praticamente se consumou na sexta-feira. A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, informou que seu conselho deliberativo aprovou a adesão à proposta feita

pelos chineses ao grupo Camargo Corrêa, que havia vendido sua participação de 23,6% em 02 de julho. Amanhã, o fundo Energia SP e a controlada Bonaire (que reúne vários fundos de pensão), deverão também oficializar a negociação de sua fatia de 15,1%.

A fundação ligada ao BB, por fazer parte do bloco de controle da CPFL, exerceu o direito que está expresso no acordo de acionistas da elétrica, conhecido como 'tag along'), de aderir ao negócio na mesma base de preço ofertada à Camargo Corrêa: R\$ 25,00 por ação. A Previ estima receber por seu pacote de ações - 29,4% do capital - em torno de R\$ 7,5 bilhões.

A Previ, segundo apurou o Valor, realizará a venda de suas ações à State Grid em duas tranches. A primeira, envolvendo as ações que compõem o acordo de acionistas - 19,3% - neste momento. A segunda tranche, de pouco mais de 10%, será vendida na oferta pública de compra de ações (OPA) que será feita pela companhia chinesa aos acionistas minoritários da CPFL.

Todo o negócio (100% das ações) pode passar de R\$ 25 bilhões. Considerando a dívida da elétrica, e também a OPA pelas ações dos minoritários da controlada CPFL Renováveis, estima-se que a operação de compra da distribuidora, geradora e também comercializadora de energia vai superar a marca de R\$ 40 bilhões. Em nota em seu site, a fundação Previ informou que o negócio vai gerar um ganho total de R\$ 2,9 bilhões ao se comparar ao valor das ações lançado em seu balanço anual. Assim, afirma, esse ganho vai contribuir para redução do déficit da fundação. "Movimentos como esse deverão se intensificar nos próximos anos, a depender obviamente de oportunidades adequadas", ressaltou.

A CPFL é um braço da Cesp que foi privatizado em 1998, tendo como arrematadores o consórcio VBC (Votorantim, Camargo Corrêa e Bradesco), a Previ e a Bonaire. Há vários anos Votorantim e Bradesco deixaram o bloco. A gigante chinesa State Grid entrou no Brasil anos atrás, adquirindo um grande pacote de linhas de transmissão de energia.

(Ivo Ribeiro - Valor Online)

Funcef: Wagner e Vaccari são apontados como comandantes de fraudes

Áudios obtidos pela Operação Greenfield, que investiga desvios de recurso da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), fundo de pensão que gerencia a previdência complementar dos funcionários da Caixa, revelam um prejuízo estimado de, pelo menos, R\$ 2 bilhões aos cofres públicos, de acordo com revista Isto É deste sábado (24).A publicação aponta que investigadores da Polícia Federal (PF) relatam "negligência com os recursos dos aposentados e indica uma clara atuação de dirigentes da Funcef no sentido de honrar acertos políticos".

Para a PF, há fortes indícios de que o ex-tesoureiro petista, João Vaccari Neto, atualmente preso pela Lava Jato, esteja por trás das operações fraudulentas aprovadas pela cúpula da Funcef. As suspeitas também recaem sobre o ex-ministro da Casa Civil de Dilma, Jaques Wagner. Um dos beneficiários do esquema, segundo as investigações, foi o ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, ligado ao PT, a Lula e a Jaques Wagner.

Nas mensagens extraídas do celular do empreiteiro, há referências à atuação de Jaques Wagner e Vaccari na Funcef. Em julho de 2013, quando o caso estava sob discussão, Léo Pinheiro escreveu para o acionista da OAS, Antônio Carlos Mata Pires: "Como foi na Funcef? O nosso JW [Jaques Wagner] me perguntou". Ao que Pires respondeu: "Ótimo. Foi aprovado para contratação do avaliador, Deloitte. Agora, precisaremos de JW [Jaques Wagner] na aprovação final". A Operação Greenfield cumpriu, no dia 5 de setembro, 28 mandados de condução coercitiva, sete de prisões temporárias e 106 de buscas e apreensão.

(Maurílio Fontes - Alagoinhas Hoje/iBahia)

Fraude acende luz de alerta

A Operação Greenfield, desencadeada no início do mês pela Polícia Federal, para apurar fraudes nos fundos de pensão do Banco do Brasil (Previ), da Petrobras (Petros) e dos Correios (Postalis) acendeu, luz amarela aos 33 mil participantes do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Ninguém quer ser vítima de uma gestão temerária, que converta em pesadelo o sonho de uma aposentadoria tranquila no futuro. Para isso, os associados querem maior participação na administração do fundo e, principalmente, acompanhar de perto o processo eleitoral dos gestores, que ocorrerá em março do próximo ano. Numa avaliação preliminar, a Operação Greenfield estima que os prejuízos da má gestão dos fundos de pensão somam mais de R\$ 8 bilhões. No caso dos Correios, o rombo está sendo pago pelos associados, que tiveram a cota de participação elevada e o plano de aposentadoria, adiado. Os gestores compraram papéis podres, que não deram - nem poderiam dar - o retorno esperado. A maioria dos gestores foram indicações políticas dos partidos aliados do Executivo. Em vez de cuidar da expansão do ativos, utilizaram os recursos para financiamento de atividades que apenas encolheram o dinheiro dos associados.

Diante do descalabro, o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) quer escolher os candidatos ao pleito da Funpresp para o preenchimento de cargos nos conselhos Deliberativo e Fiscal e para os comitês de assessoramento técnico executivo e legislativo. Temem que a corrupção contamine o Funpresp, que hoje tem as contas equilibradas e um patrimônio

acumulado de R\$ 344 milhões. O dinheiro captado dos servidores é aplicado em títulos públicos federais, o que assegura boa remuneração do capital.

Esse cuidado faltou aos participantes dos fundos de pensão investigados pela PF e pelo Ministério Público Federal. Na composição da direção, os trabalhadores acabam sendo minoritários. Na hora de decidir, prevalecem interesses opostos aos dos funcionários, mas afinados com objetivos políticos incompatíveis com as regras da boa administração. Rever normas que inibem a participação dos interessados na gestão é medida imprescindível para evitar que servidores sejam aviltados em seus direitos, com consequências desastrosas.

Hoje, trabalhadores de quaisquer setores têm que estar muito atentos à gestão, não só dos recursos públicos, mas dos empreendimentos de qualquer natureza que afetam a vida de todos. A paridade na composição dos comitês gestores tem que ser garantida, evitando que os eleitos tomem decisões antagônicas aos interesses dos associados. O controle social das instituições não vale apenas para fundos de pensão ou outras organizações que tratam do investimento do dinheiro dos servidores. É regra que deveria se estender a todos os setores da sociedade, permitindo que o cidadão participe ativamente da administração dos recursos públicos, evitando que a corrupção ganhe espaço em detrimento dos interesses e direitos coletivos.

Servidor quer participar da Funpresp para evitar fraude

Depois dos escândalos de corrupção nos fundos de pensão de estatais, funcionários públicos se mobilizam para garantir eleição de candidatos comprometidos com a saúde financeira da fundação de previdência complementar da categoria.

Os participantes da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) estão em alerta desde que a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público (MPF) deflagaram a Operação Greenfield, que investiga fraudes em fundos de pensão. Mesmo sem ser alvo das investigações, os trabalhadores da administração pública temem que os esquemas de corrupção identificados nas fundações de estatais se repitam na Funpresp.

O temor de que o patrimônio dos servidores seja surrupiado nos próximos anos levou o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) a definir candidatos para as eleições dos conselhos da Funpresp. A votação só ocorrerá entre 13 e 15 de março de 2017, mas os representantes dos trabalhadores da administração pública federal querem acompanhar o processo eleitoral com lupa.

Serão escolhidos um membro para o Conselho Deliberativo, um para o Conselho Fiscal, dois para o Comitê de Assessoramento Técnico ExecPrev e dois para o

Comitê de Assessoramento Técnico LegisPrev, além dos respectivos suplentes. Ao todo serão 12 escolhidos para um mandato de quatro anos. O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, explicou que mesmo com todos os mecanismos de controle existentes nas entidades fechadas de previdência complementar, os casos de corrupção se tornaram uma triste realidade. "Os participantes convivem com uma incerteza muito grande. Até em economias maduras, como nos Estados Unidos, o que se viu foram reservas de uma vida inteira que viraram p, lamentou.

Marques, que também preside o Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical), ressaltou que até o momento não há qualquer denúncia sobre problemas na gestão da Funpresp. Entretanto, destacou que os servidores precisam ser vigilantes e participarem ativamente da gestão da entidade, por meio de conversas com os representantes nos conselhos deliberativo e fiscal.

O secretário-geral do Fórum, Daro Piffer, destacou que, diante da gestão fraudulenta, irresponsável e da ingerência política, os fundos de pensão de empresas públicas acumulam rombos atuariais consecutivos nos últimos anos. "O perigo é que, em 30 ou 40 anos, os que aderiram ao Funpresp não tenham a aposentadoria garantida", destacou. Ele, que também é presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), defendeu que metade dos cargos de diretores da Funpresp devem ser eleitos pelos participantes. Ele destacou que mesmo o presidente do fundo de pensão, que é indicado pelo governo, deve ser um participante da entidade fechada de previdência complementar e deve ter compromisso com o patrimônio dos servidores. "A ocupação do cargo deveria ser alternada entre indicados da patrocinadora (governo) e dos beneficiários. Além disso, os comitês de assessoramento deveriam ter poder decisório. Uma vez vetada uma aplicação, ela não poderia ser feita. Acho também que falta transparência. Metade da carteira é de fundos fechados. Sua composição é tornada pública três meses depois", reclamou.

Transparência

Apesar dos temores, a Funpresp tem apresentado resultados positivos desde que os primeiros servidores aderiram ao fundo de pensão, em 2013. Com 33 mil participantes e patrimônio acumulado de R\$ 344 milhões, o objetivo da entidade fechada de previdência complementar é encerrar o ano com 35 mil servidores associados. Atualmente, 96% dos ativos estão aplicados em títulos públicos federais que pagam boas remunerações com a taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano.

A meta da fundação, explicou o presidente Ricardo Pena, é que até 2021 o fundo de pensão tenha 65 mil participantes e R\$ 5 bilhões em ativos. Segundo ele, a política de investimentos tem sido conservadora diante do tamanho da entidade,

mas destaca que tudo passa por um rigoroso processo de controle, que é revisado a cada cinco anos, levando em consideração o cenário macroeconômico, os riscos e as possibilidades e retorno.

Na opinião de Pena, a paridade na diretoria dos fundos de pensão, em que uma metade é eleita e a outra metade é indicada pela patrocinadora, é uma boa prática e deu frutos em fundos maduros. Ele ainda defende que os dirigentes eleitos tenham, no mínimo, três anos de contribuições para pleitear um cargo na gestão da entidade fechada de previdência complementar.

O presidente do Funpresp destacou que a boa gestão da fundação tem levado alguns servidores a migrarem do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC). Entre 2013 e 2015, o Ministério do Planejamento autorizou 74 migrações. Em julho, passou no Congresso Nacional a definição de um novo prazo para que servidores mudem de regime previdenciário e passem a contribuir para o fundo.

Cuidados

Um dos servidores que passou do RPPS para o RPC foi Flávio Girão Guimarães, analista do Banco Central. Ele ingressou no serviço público em 2008 e tomou essa decisão para evitar prejuízos em uma eventual reforma da Previdência que afete os trabalhadores da administração pública federal. Segundo ele, as contribuições que fez ao regime não podem ser aportadas para outro fundo, caso ele decida trabalhar na iniciativa privada. Ao aderir a Funpresp, é possível solicitar portabilidade para um plano fechado ou privado, sem prejuízos.

(Vera Batista e Antonio Temóteo - Correio Braziliense-24.09)

RJPrev: Cobrança de repasse do governo estadual

Desde o início do ano, a Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPrev) notificou o governo quatro vezes por conta da falta de repasses de valores referentes às aposentadorias complementares dos servidores públicos estaduais. A previdência adicional do funcionalismo funcionam da seguinte maneira: aqueles que recebem além do teto do INSS (hoje, de R\$ 5.189,82) são descontados em 11% sobre esse valor. Além dessa contribuição, eles podem recolher alíquotas entre 6,5% e 8,5% sobre o restante de seus vencimentos. O Estado, em contrapartida, tem que contribuir com o mesmo percentual para os trabalhadores. Mas isso tem sido feito com atrasos. De acordo com o decreto que regulamentou a atuação do fundo complementar no Estado do Rio, em 2003, o RJPrev tem a obrigação de notificar a administração, caso os repasses não sejam feitos cinco dias úteis após o crédito da folha de pagamento.

-- Cobrei informações do RJPrev para saber o que estava acontecendo, após saber de um possível atraso do repasse patronal. O fundo confirmou que o governo do estado já foi notificado para fazer as transferências em dia. Para quem procurou a previdência complementar, essa notícia nos deixa temerosos sobre problemas futuros -- afirmou um servidor estadual, que pediu para não ser identificado. Procurado, o RJPrev informou que "o Estado vem pagando, ainda que em alguns casos intempestivamente, as contribuições previdenciárias, incidindo, quando aplicável, os encargos moratórios estabelecidos no regulamento do Plano de Benefícios". O fundo não informou, porém, a situação dos repasses nem detalhou quais deles estão atrasados. Segundo a lei que rege esse sistema complementar, caso atrase a transferência de recursos, o governo estadual terá que ser cobrado na Justiça.

Projeto de lei para alterar fundo tramita na Alerj

No fim de julho, o Executivo enviou um projeto de lei para a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) com o intuito de alterar algumas regras que regem o fundo de previdência complementar. Uma das alterações previstas é o fim das punições aos gestores públicos, caso os repasses atrasem. A lei atual prevê penalidades civis, criminais e administrativas.

À época, o fundo justificou que o novo texto ajuda a administração pública "a operacionalizar o repasse" ao fundo de previdência, ou seja, permite que o governo atrase as contribuições patronais, caso os recursos estejam escassos. Entre os servidores, há o temor de que o fundo complementar comece a sofrer com problemas semelhantes aos enfrentados pelo Rioprevidência (que paga os vencimentos de inativos e pensionistas). De acordo com o decreto que regula o RJPrev, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, somados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao Ministério Público (MP-RJ) e à Defensoria Pública, são os "patrocinadores" do fundo. Se o funcionário de um deles requisitar a previdência complementar, será missão do órgão contribuir com o mesmo percentual. Segundo pessoas que atuam no fundo, só o Executivo tem atrasado repasses. O RJPrev não informou quantos servidores são vinculados.

(G1)

PI: Previdência Estadual volta a discussão nesta segunda-feira

A proposta de criação da Fundação Piauí Previdência, que substitui a Superintendência de Previdência na gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, inclusive o fundo de onde devem sair os recursos para pagamento de aposentados e pensionistas, volta a ser discutida nesta segunda-feira (26), a partir das 9h, na sala da Comissão de Constituição e Justiça da

Assembleia Legislativa. Os deputados têm uma nova rodada de negociação com o secretário de Administração e Previdência, Franzé Silva, e o superintendente de Previdência, Marcos Steiner Mesquita, a pedido dos representantes de sindicatos de várias categorias, que propuseram a retirada do projeto da pauta para uma discussão mais aprofundada com os servidores. Durante a audiência pública da segunda-feira (19), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - que teve que ser encerrada por volta das 11h45, por conta do início da sessão ordinária no plenário da Assembleia Legislativa -, o secretário Franzé Silva advertiu que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) vem sendo discutida no Congresso Nacional e pode impedir que o governo do Piauí use dinheiro do tesouro estadual para cobrir o déficit, de mais de R\$ 60 milhões/mês, com o pagamento de inativos (aposentados e pensionistas). Entre os encaminhamentos, ficou acordada uma nova reunião com os sindicatos, na próxima segunda-feira, para que os servidores possam questionar os pontos polêmicos e sugerir alterações na proposta. Até lá, as entidades vão discutir, entre si e com os servidores, e elaborar sugestões a serem apresentadas na reunião da próxima semana. Estiveram presentes à audiência pública, os deputados Severo Eulálio (PMDB), presidente da CCJ; Luciano Nunes, presidente da Comissão de Administração Pública e Política Social (PSDB), Juliana Moraes Souza (PMDB), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Robert Rios (PDT) e Aluísio Martins (PT), que é o relator da matéria na CCJ, além dos representantes dos sindicatos dos Policiais Civis, Agentes Penitenciários, Saúde, Iaspi e Judiciário.

A proposta de criação da Fundação Piauí Previdência, que substitui a Superintendência de Previdência na gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, inclusive o fundo de onde devem sair os recursos para pagamento de aposentados e pensionistas, volta a ser discutida nesta segunda-feira (26), a partir das 9h, na sala da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa.

Os deputados têm uma nova rodada de negociação com o secretário de Administração e Previdência, Franzé Silva, e o superintendente de Previdência, Marcos Steiner Mesquita, a pedido dos representantes de sindicatos de várias categorias, que propuseram a retirada do projeto da pauta para uma discussão mais aprofundada com os servidores.

Durante a audiência pública da segunda-feira (19), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - que teve que ser encerrada por volta das 11h45, por conta do início da sessão ordinária no plenário da Assembleia Legislativa -, o secretário Franzé Silva advertiu que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) vem sendo discutida no Congresso Nacional e pode impedir que o governo do Piauí use dinheiro do tesouro estadual para cobrir o déficit, de mais de R\$ 60 milhões/mês, com o pagamento de inativos (aposentados e pensionistas).

Entre os encaminhamentos, ficou acordada uma nova reunião com os sindicatos, na próxima segunda-feira, para que os servidores possam questionar os pontos polêmicos e sugerir alterações na proposta. Até lá, as entidades vão discutir, entre si e com os servidores, e elaborar sugestões a serem apresentadas na reunião da próxima semana.

Estiveram presentes à audiência pública, os deputados Severo Eulálio (PMDB), presidente da CCJ; Luciano Nunes, presidente da Comissão de Administração Pública e Política Social (PSDB), Juliana Moraes Souza (PMDB), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Robert Rios (PDT) e Aluísio Martins (PT), que é o relator da matéria na CCJ, além dos representantes dos sindicatos dos Policiais Civis, Agentes Penitenciários, Saúde, Iaspi e Judiciário.

(Paulo Pincel - O Dia-24.09)

